



Parlamento desobriga micro e pequenas empresas da instalação de sistema fiscal eletrônico

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Com a aprovação em Plenário do substitutivo global, de autoria do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), ao Projeto de Lei nº 255, de 2005, do deputado petista Dionei Walter da Silva, as empresas enquadradas no Simples/SC (programa fiscal destinado às micro e pequenas empresas) não serão obrigadas a instalar o sistema de TEF (Transferência Eletrônica de Fundos). Para tanto, as administradoras de cartão deverão informar à Secretaria Estadual da Fazenda sobre todas as operações feitas pelas empresas, sob pena de serem multadas.

Além disso, entre outras proposições, o Legislativo aprovou o *Santa Catarina Saúde*, projeto que implementa o sistema de assistência à saúde destinado aos servidores públicos e o projeto de conversão de Medida Provisória alterando a lei que criou a SC Parcerias.

Páginas 8, 9 e 10



Os deputados também aprovaram a criação de programa estadual de educação ambiental

Catarinenses terão Código do Contribuinte até 2006

O projeto de lei que institui o Código dos Direitos e Deveres do Contribuinte em Santa Catarina, assinado pelas lideranças dos partidos no Legislativo, foi debatido em audiência pública na manhã de quarta-feira (26) com representantes da Fiesc (Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina), OAB/SC, Sindicato dos Fiscais da Fazenda de Santa Catarina e Federação das Associações das Micro e Pequenas Empresas do Estado. A proposta nasceu da análise de projeto que tramita no Senado, leis estaduais já em vigor e propostas que tramitavam na Casa sobre o assunto. Os líderes acreditam que, até o próximo ano, os catarinenses terão seu Código.

Página 5

Febre aftosa mobiliza Estado

Nova audiência realizada pela Comissão de Agricultura e Política Rural, na terça-feira (25) reuniu produtores e poder público para avaliar e discutir ações que impeçam a contaminação do gado catarinense pela febre aftosa.

Os catarinenses consomem anualmente 185 mil toneladas de carne bovina, das quais 125 mil são produzidas no Estado. Denúncias de contrabando, transporte irregular de animais ou produtos afins podem ser feitas à Cidasc, pelo telefone 0800 643 9300.

Página 6



(foto Sílton Soares)

Atentado a jornalista de Itapema será investigado

(foto Jonas Lemos Campos)



Integrantes do Movimento Reage Itapema pediram justiça ao secretário da Segurança Pública

Em reunião conjunta das comissões de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, no dia 26, o secretário da Segurança Pública, Ronaldo Benedet (PMDB), determinou o retorno do delegado Renato Hendges

ao caso do atentado ao jornalista Maurício Barth, em Itapema, reabrindo a investigação.

Barth foi baleado por três criminosos na porta de sua casa e na frente da sua família em março deste ano. O atentado o colocou numa cadeira de rodas.

Página 7

Organizações sociais e o novo espaço público

O livro do professor Luiz Carlos Cancellier de Olivo, intitulado *As Organizações Sociais e o Novo Espaço Público* é um marco na literatura brasileira sobre esta nova forma de organização da sociedade civil. Vivemos em Santa Catarina, graças à política de descentralização do governador Luiz Henrique e à criação do Fundo Social, um novo estágio de aprimoramento da administração pública e seu relacionamento com as entidades do terceiro setor.

O jornalista Álvaro Lopes, em sua prestigiada coluna no jornal tubaronense *Diário do Sul*, de 26 de outubro de 2005, retrata com fidelidade este novo momento, ao escrever: "Não param de aportar recursos de subvenção social do governo do Estado na região. Com uma frequência tão grande de verbas, fica difícil para os adversários do governador Luiz Henrique contestarem o Fundo Social". O jornalista se referia ao atendimento de mais dois pedidos nossos, em favor de entidades de Tubarão: R\$ 30 mil para a APAE e R\$ 25 mil para evento esportivo, promovido pelo Conselho Comunitário de Sertão dos Corréas.

O governo Luiz Henrique compreendeu que os serviços públicos não exclusivos do Estado podem ser realizados mais eficientemente pelo setor não estatal. O erário deve financiar estas

atividades, estimulando a idéia de parceria do Estado com a sociedade civil, conforme enfatiza Anthony Giddens, ao falar sobre a terceira via, que contempla maior participação da sociedade no planejamento e execução de políticas públicas.

Retomando a obra do professor Cancellier, o caminho nos parece avançar em direção às Organizações Sociais, título jurídico conferido pelo Estado a pessoas jurídicas de direito privado, sem fins lucrativos, voltadas à consecução de fins sociais. Na reforma administrativa aprovada pela Assembleia Legislativa, uma lei institui no âmbito catarinense o programa de publicização, que autoriza o Poder Executivo, por meio da qualificação de entidades como OS, transferir-lhes a gestão de diversos programas.

A revolução está em curso em Santa Catarina. As mudanças são profundas na forma de administrar o Estado. Nunca antes viu-se tamanha participação da sociedade na tomada das decisões e na própria execução das atividades que contribuam na melhoria da qualidade de vida dos catarinenses. É por isso que devemos continuar acreditando no Fundo Social e nessa nova forma de administrar nosso Estado.

Deputado Genésio Goulart (PMDB)

Lula em dívida com reforma agrária

O governo Lula entra em sua reta final e está prestes a entrar a história como um grande devedor da classe trabalhadora. Poderíamos estar nos referindo a vários aspectos, mas nos limitamos à reforma agrária. O presidente Lula se elegeu com apoio integral do MST e assumiu publicamente que faria o maior programa de reforma agrária já visto no Brasil. Para a execução deste compromisso de campanha o presidente pediu apoio ao professor Plínio de Arruda Sampaio, que reuniu especialistas e em 90 dias apresentou o Plano Nacional de Reforma Agrária, prevendo o assentamento de um milhão de famílias até o fim do mandato. O projeto parou no Ministério da Fazenda, pois, mais uma vez a política econômica e o fundo monetário definiram as políticas públicas no Brasil. Um país que se pretenda agente do desenvolvimento do seu povo precisa ver na reforma agrária uma política fundamental. Dados do IBGE mostram que a agricultura familiar é quem sustenta o mercado interno, sendo responsável por quase 60% da comida que chega à mesa dos brasileiros. Mas voltando ao compromisso do presidente Lula, o governo alegou não ser possível assentar um milhão de famílias, mas se comprometeu com outra

meta, menos ambiciosa, é claro: assentar até o final do seu governo, 400 mil famílias, com apoio técnico e condições de produção. O movimento social, ainda crente que havia eleito um dos seus para governar o país, aceita. Só que o tempo vai passando e o processo se arrastando em meio a disputas políticas dentro do governo, denúncias de corrupção, corte de recursos no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), superavit primário, juros altos etc. Chegamos então ao ponto inicial, o governo entra em sua reta final tendo assentado, segundo o Incra, em 2003/2004, cerca de 117 mil famílias, e, segundo o MST, 87 mil. Em 2005, o compromisso do governo era assentar 115 mil famílias. Segundo o MDA, 50 mil famílias receberam suas terras até o final do primeiro semestre. Isso significa que, a menos que o governo faça no último ano mais assentamentos do que fez nos três primeiros, o presidente Lula terminará seu mandato deixando mais uma grande dívida social com este país e com os trabalhadores que o elegeram acreditando que o sonhado processo de distribuição de renda seria, enfim, realizado.

Deputado Afrânio Boppré (P-SOL)

Agenda

Dia 7, 19h30min – Sessão solene em homenagem ao 53º aniversário de fundação da Igreja do Evangelho Quadrangular no Brasil

Local: Plenário

Dia 8, 10h – Comissão de Justiça – Audiência pública para discutir o Projeto de Lei nº 101/05, que veda a cobrança da assinatura básica de telefone

Local: Plenário

Dia 8, 19h – Comissão de Turismo e Meio Ambiente – Audiência pública sobre a situação do Aquífero do Norte da Ilha (Costão do Santinho)

Local: Plenário

Dia 9, 9h – Comissão de Economia – Audiência pública para discutir a crise dos setores moveleiro e madeireiro em Santa Catarina

Local: Plenário

Dia 9, 19h – Sessão solene em homenagem aos 50 anos do Tribunal de Contas do Estado

Local: Plenário

Dia 10, 14h – Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais – Audiência pública para discutir a demarcação de terra indígena no Morro dos Cavalos

Local: Plenário

Dia 11, 9h – Comissão de Saúde – Audiência pública sobre o Hemosc

Local: Plenário

Correção

Na edição do jornal **AL Notícias** nº 219, de 21 de outubro, página 8, o projeto de lei aprovado, do qual trata a matéria, foi o de número 340/05, que determina a alteração da Programação Físico-financeira do Plano Plurianual 2004/2007, autoriza a abertura de crédito especial em favor do Fundo de Desenvolvimento Social e a abertura de crédito suplementar em favor da Assembleia Legislativa do Estado, Tri-

bunal de Contas do Estado, Tribunal de Justiça do Estado, Ministério Público e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina.

A matéria publicada refere-se ao Projeto de Lei 340/04, que instituiu o programa de recuperação e preservação de matas ciliares. Foi aprovado pela maioria dos parlamentares, porém, recebeu veto do governo, mantido em nova votação no Legislativo, sendo então arquivado.

JORNAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Mesa

Presidente: Julio Garcia (PFL)
1º Vice-Presidente: Herneus de Nadal (PMDB) (presidente em exercício)
2º Vice-Presidente: Nilson Gonçalves (PSDB)
1º Secretário: Lício Mauro da Silveira (PP)
2º Secretário: Pedro Baldissera (PT)
3º Secretário: Valmir Comin (PP)
4º Secretário: José Paulo Serafim (PT)

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de SC
 Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

Críticas e sugestões: 0xx48-221-2750 / 221-2751
 Fax: 223-7021
 alnoticias@alesc.sc.gov.br

Divisão de Imprensa

Diretora: Lucia Helena Vieira
Edição: Cleia Maria Braganholo e Mirela Maria Vieira
Coordenadora: Cármen Leite Rovira
Chefe de Redação: Rubens Vargas
Redatores: Carlos Agne, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Magda Audrey Pamplona, Marise Ortiga Rosa, Mirela Maria Vieira, Rose Mary Paz Padilha, Rubens Vargas, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiana Kinoshita e Tatiani Magalhães

Assessores de gabinete: Acácio Martins, Adilson Costa, Alex Santori, Ana Maria Baggio, Ana Zandavalli, Andréa Leonora, Cássio Turra, Celso Rodriguez, Celso Rosa, Dayana Rampinelli, Davi Etelvino, Emanuelle Torres, Estevo Dereck, Felipe Nunes, Fernando Mattos, Iran Rosa Moraes, Ivan Pimentel, J Pacheco, Jandyr Corte Real, Júlio Cancellier, Kélen Bardini, Leonardo Lorenzetti, Luciana Pons, Linete Martins, Lisa Mara Tontini, Lisandra Costa, Luiz Carlos Padilha, Luiz Hercílio Stefanos, Marcos Antônio Oliveira, Marianne C. Tillmann, Mário A. Henrique, Milton Alves, Moisés Madeira, Nara Cordeiro, Nikolas Stefanovich, Pedro Schmitt, Priscilla da Silva Souza, Roger Alexandre, Rosa Marinho, Sergio Sachet, Ula Weiss, Valmir Matos, Vinicius Hamagushi, Vitor Santos e Viviane Bornholdt

Relações Institucionais: Jamile Machado, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Revisão: Verlaina Silveira

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Giancarlo Bortoluzzi, Jonas Lemos Campos e Solon Soares

Pesquisa e Elaboração: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas e Karina Azevedo das Neves

Expedição: Edna Schumacker, Mônica Meyer, Simone Marçal Alves e Soraia Marçal Boabaid

Estagiários Programa Antonieta de Barros: Roberta dos Santos Martins, Rodrigo César de Araújo e Suelen Regina Hilário

Impressão: Diário Catarinense

Epagri comemora 30 anos de pesquisas agropecuárias no Estado

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Os 30 anos da Epagri (Empresa de Pesquisa e Extensão Rural) foram comemorados na noite da quarta-feira (26), na Assembleia Legislativa, em sessão solene que lotou Plenário e galerias. Por proposição dos deputados Rogério Mendonça – Peninha (PMDB) e Gelson Sorghatto (PMDB), foram homenageadas 57 personalidades, entre pesquisadores, fundadores da Empasc (Empresa Catarinense de Pesquisa Agropecuária) e pioneiros, que receberam troféus pelos serviços prestados à pesquisa agropecuária. Também foi aberta uma exposição que conta a história da instituição. A solenidade foi aberta pelo presidente da Casa, deputado Julio Garcia (PFL), que lembrou a importância da Epagri: “É um dos mais importantes recursos que o Estado tem à disposição, e sua finalidade principal é fortalecer a agricultura familiar e a pesca artesanal, estimulando o desenvolvimento de Santa Catarina.

O deputado Peninha lembrou que a empresa foi criada em 1975, quando a pesquisa agropecuária tomou fôlego novo e foi responsável pelo desenvolvimento da produção de maçã e de pesquisas de novas variedades de cereais, pastagens, hortaliças e árvores frutíferas. “A melhoria da qualidade de vida do homem depende da pesquisa. E a pesquisa leva o homem ao processo de in-



Governador Luiz Henrique (ao microfone) prestigiou evento

vestigação e descobertas. Por isso eu destaco a importância da pesquisa”, disse.

O governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) afirmou que a excelente produção catarinense é fruto da boa pesquisa e investigação da Epagri. “Santa Catarina não é por acaso o primeiro produtor nacional de uma série de produtos provenientes da área rural e o quinto exportador do país. É uma instituição respeitada.”

Vídeo – Um vídeo institucional foi apresentado contando toda a evolução da Empasc, que em 1991 transformou-

se em Epagri. A criação da instituição é fruto da incorporação de sociedades civis e empresas que lhe deram origem, que são a Acaresc, a Acarpesc, a Empasc e a Iasc. São 24 gerências regionais em pontos estratégicos do Estado, integrando 12 centros de treinamento, nove estações experimentais, cinco centros de pesquisa, 54 laboratórios e 293 escritórios municipais, que apóiam a execução de 34 projetos, agregados em seis programas.

Os 57 troféus foram recebidos por pesquisadores de estações experimen-

tais dos municípios de Caçador, Campos Novos, Canoinhas, Chapecó, Itajaí, Ituporanga, Lages, São Joaquim, Urussanga, Videira e Florianópolis. Também recebeu a homenagem o deputado Peninha, que já trabalhou com pesquisas agropecuárias. Ainda foram homenageadas autoridades que constituíram a Empasc, em 1975. “O início dos trabalhos da Empasc são um marco na agricultura de Santa Catarina. Foi uma decisão política das mais acertadas. Ganhou o produtor, ganhou o consumidor e todo o Estado”, falou o homenageado José Luiz Petri, da Estação Experimental de Videira.

“É importante homenagear o homem do campo. São eles que, a cada dia, tiram da terra o indispensável para que possamos viver, sobreviver e melhorar a nossa qualidade de vida”, disse Antônio Carlos Konder Reis, ex-governador do Estado que sancionou a Lei de criação da Empasc.

Estavam presentes na sessão os deputados Herneus de Nadal (PMDB), vice-presidente do Legislativo, Reno Caramori (PP), Dionei Walter da Silva (PT), João Henrique Blasi (PMDB), Antônio Aguiar (PMDB), Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), Sérgio Godinho (PSB), Simone Schramm (PMDB) e Jorginho Mello (PSDB), além do secretário estadual da Agricultura, Moacir Sompelsa. (GMP)

Deputado Julio Garcia reassume o Poder Legislativo

(foto Alberto Neves)

Após 12 dias na interinidade como governador do Estado, o deputado Julio Garcia (PFL) reassumiu a presidência da Assembleia Legislativa na segunda-feira (24), pela manhã.

“Foi uma oportunidade ímpar exercer a presidência desta Casa, baseado no exemplo de moderação, equilíbrio e sensatez que caracterizam o trabalho do deputado Julio Garcia”, declarou o deputado Herneus de Nadal (PMDB), 1º vice-presidente, que entregou o cargo ocupado interinamente durante a permanência de seu titular no comando do Poder Executivo.

“Agradeço a amizade recíproca e conto novamente com sua colaboração a partir do dia 7 de novembro, quando estarei ausente por duas semanas, em viagem por motivos particulares”, disse Julio, que avaliou positivamente sua passagem pelo governo.

Sobre a proximidade do término das atividades legislativas, Julio Garcia enfatizou a realização de um grande número de audiências públicas, reunindo a sociedade para debater problemas e temas essenciais para a melhoria da qualidade de vida dos catarinenses. (RMPP)



Deputados reassumiram seus cargos

Parlamentar parabeniza jornalistas profissionais

O deputado Dionei Walter da Silva (PT) parabenizou, na manhã de quinta-feira (27), os jornalistas da Divisão de Imprensa e, por extensão, todos os jornalistas profissionais catarinenses, pela vitória na Justiça Federal de São Paulo na tarde do dia 26.

Há quase quatro anos, a juíza substituta do Tribunal Federal da 3ª Região, Carla Ritter, em caráter liminar, decidiu que para o exercício do jornalismo não seria necessária a exigência da formação superior específica. O recurso, impetrado imediatamente após a decisão da juíza, pela Federação Nacional dos Jornalistas e pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais de São Paulo, pe-

dindo a exigência do diploma, conforme jurisprudência, foi aceito por unanimidade no julgamento do dia 26. “Essa decisão foi muito importante para valorizar os profissionais do jornalismo. Foi fundamental e é um avanço para que a profissão tenha agora o seu Conselho”, enfatizou Dionei, referindo-se à proposta, discutida pela classe, de criação de um Conselho Federal de Jornalismo. (MMV)

Jornalistas

em formação

Meior para o jornalismo

Meior para a sociedade

CAMPANHA NACIONAL PELA VALORIZAÇÃO DA PROFISSÃO DE JORNALISTA

Seminário na região serrana mobiliza doze Câmaras Municipais

Vereadores, secretários municipais, servidores e assessores parlamentares de doze Câmaras de Vereadores participaram em Otacílio Costa, no último dia 21, da sexta etapa do 1º Seminário da Região Serrana – Pensando o Poder Legislativo Municipal. O evento foi promovido pela Assembléia Legislativa, por intermédio da Escola do Legislativo, em parceria com a UVERES – União dos Vereadores da Região Serrana.

O principal tema do seminário foi o orçamento público, com enfoque sobre a elaboração do Plano Plurianual dos municípios, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária anual, através de oficinas coordenadas pela advogada e conselheira da Escola do Legislativo, Maria Helena Teixeira Diniz.

A abertura oficial do seminário contou com a presença do prefeito de Otacílio Costa, Altamir José Paes, do presidente da Câmara de Vereadores do município, João Pedro Velho, do presidente da Uveres, Cidinei Marcon, do deputado estadual Antônio Ceron (PFL), que representou na solenidade o presidente em exercício da Assembléia Legislativa, na época, deputado Herneus de Nadal (PMDB), e dos deputados Francisco Küster (PSDB), Sérgio Godinho (PSB) e Onofre Agostini (PFL).

Plenário - Durante o evento houve a inauguração do Plenário da Câmara



Entre os temas abordados nas palestras, o papel dos vereadores na elaboração do orçamento

Municipal de Otacílio Costa, que passa a denominar-se “Plenário Vereador Gentil Coelho de Souza”, em homenagem ao vereador falecido em abril deste ano e que prestou relevantes serviços nas áreas pública e privada da região.

O prefeito Altamir José Paes destacou na oportunidade a importância do evento para o aprimoramento dos vereadores que, segundo ele, devem trabalhar junto com os prefeitos pelo desenvolvimento regional. Citando como exemplo o setor florestal da região serrana, que vive

momentos de crise em razão das exportações, Paes chamou a atenção para a lei de tributos municipais. Para ele, os municípios não podem ficar à mercê dos repasses constitucionais.

O presidente da Câmara de Vereadores, João Pedro Velho, falou da satisfação em receber o seminário, que contou com a participação expressiva de representantes dos poderes Executivo e Legislativo de vários municípios da região. Salientou ainda a importância da transparência nas administrações

municipais.

Cidinei Marcon, presidente da Uveres, enalteceu a parceria com a Escola do Legislativo que, segundo ele, vem obtendo resultados positivos.

O deputado Antônio Ceron, após saudar os familiares do vereador Gentil Coelho, presentes na solenidade, solicitou aos vereadores que não se desculpem de sua principal tarefa, que é a discussão e o aprimoramento dos projetos de lei. “Esta postura demonstra respeito aos eleitores, à Constituição, ao Regimento Interno e aos companheiros legisladores”, destacou.

O deputado Onofre Agostini (PFL) disse que desde a Constituição de 1988 aumentou a atribuição do vereador. “Na democracia, o vereador tem o papel mais importante e a Escola do Legislativo vem contribuindo na formação e nos conhecimentos transmitidos”, enfatizou.

A importância da união de todos na busca de soluções para problemas comuns foi o enfoque dado pelo deputado Sérgio Godinho (PSB) em seu discurso na solenidade de abertura do seminário. O deputado Francisco Küster (PSDB) lembrou a época em que foi vereador, em Lages e em Florianópolis. “Tempos difíceis. O orçamento chegava aos vereadores para ser aprovado ou aprovado. Hoje é possível ao vereador discutir o orçamento para beneficiar a população”, registrou. (MHT)

SC integrada na defesa dos direitos da criança e do adolescente

A deputada Simone Schramm (PMDB) representou a Assembléia Legislativa no 1º Encontro Nacional em Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, realizado em Brasília, no último dia 25. O encontro objetivou avaliar a consolidação da Rede Nacional de Frentes Parlamentares em Defesa dos Direitos



Simone: “Recebemos elogios”

da Criança e do Adolescente e a elaboração de estratégias e ações efetivas que garantam o cumprimento dos direitos previstos em lei.

“O legislativo catarinense foi a única entre as assembleias legislativas do país em que todos os parlamentares aderiram a essa frente criada em Santa Catarina no último dia 21 –, trabalho que recebeu elogios do Senado e da Câmara dos Deputados”,

destacou Simone, presidente da Frente Parlamentar Catarinense em Defesa da Criança e do Adolescente.

Mas a escassez de recursos impede a implementação de programas voltados à área. Para mudar esse quadro, Simone solicitou ao relator do Orçamento da União para 2006, deputado federal Carlito Merss (PT/

SC), que o Estado seja contemplado com recursos no próximo ano. Também apresentou o Projeto de Resolução que incentiva parlamentares e servidores a doarem até 6% do imposto devido para o FIA (Fundo para a Infância e a Adolescência) estadual, a exemplo do que já é feito pelo Ministério Público catarinense. “Contamos com todos os nobres parlamentares nesta grande causa.” (RMPP)

Deputados sorteiam escolas que participarão do Parlamento Jovem

Durante a sessão da tarde de terça-feira (25), o deputado Celestino Secco (PP), presidente da Escola do Legislativo, realizou o sorteio das cinco primeiras escolas que participarão do programa *Parlamento Jovem*. O programa é destinado a todos os alunos do ensino médio de todas as escolas públicas e particulares catarinenses que terão a oportunidade de vivenciar por um dia o processo parlamentar. A primeira sessão

plenária deve ocorrer no dia 8 de dezembro.

Segundo Secco, o próximo passo é a visita de uma equipe da Escola do Legislativo às escolas selecionadas para a capacitação básica e preparação das eleições internas, nas quais os estudantes irão eleger os seus “deputados juvenis”. Outros programas semelhantes a este já funcionam nos estados do Rio Grande do Sul, São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. (TK)

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputados Mota e Celestino Secco, no momento do sorteio

Escolas Sorteadas

Grande Florianópolis – Escola Básica Cecília Rosa Lopes, de São José sorteada pela deputada Ana Paula Lima (PT)

Região Norte – Escola Básica Conselheiro Mafrá, de Joinville, sorteada pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB)

Região Oeste – Escola Básica Professor Zelindo Carbonera, do município de Marema, sorteada pelo vice-presidente da Assembléia Legislativa, deputado Herneus de Nadal (PMDB)

Região Serrana – Centro Educacional Faclages, de Lages, sorteada pelo deputado Antônio Ceron (PFL).

Audiência discute Código do Contribuinte

(foto Jonas Lemos Campos)

De autoria das lideranças partidárias na Assembleia Legislativa, o Projeto de Lei nº 95/05, que institui o Código dos Direitos e Deveres do Contribuinte, foi tema de discussão ampliada na quarta-feira (26), em audiência pública realizada no Plenário. Representantes da Secretaria Estadual da Fazenda e da Fiesc, OAB/SC (Ordem dos Advogados do Brasil), Sindifisco e Fampesc atenderam solicitação do deputado Dionei Walter da Silva (PT) para participar do debate, que teve também a presença dos deputados Antônio Ceron (PFL), Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), Odete de Jesus (PL), Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), Sérgio Godinho (PSB) e Francisco Küster (PSDB).

A proposta do projeto, segundo Ceron, que teve a incumbência de redigi-lo juntamente com o deputado Gelson Merísio (PFL), é estabelecer o equilíbrio entre o Fisco e o contribuinte, e não a proteção do sonegador. O diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda, Renato Hinning, disse que os pontos conflitantes do projeto tiveram ampla discussão com entidades de classe e que o governo tem interesse em sua aprovação, por considerá-lo meritório.

Glauco José Córte, 1º vice-presidente da Fiesc, enfatizou que o Código do Contribuinte deve aperfeiçoar a relação Fisco/contribuinte, valorizar a aplicação dos princípios constitucionais no processo admi-



Pontos conflitantes da proposta deverão ser resolvidos através de novos debates

nistrativo-tributário, valorizar o contribuinte, principalmente o que mantém em dia suas responsabilidades tributárias.

Aperfeiçoamento - O presidente do Sindifisco defendeu o direito do devedor fiscal de participar de licitações e sugeriu que, em casos de fraude, o prazo para quitação da dívida com o Fisco não seja entendido. Rogério Macanhão, presidente do sindicato nacional, informou que a cada

ano, são sonegados no país R\$ 1 trilhão, e manifestou-se contrariamente ao projeto que tramita no Senado. "Ele traz amarras ao trabalho do Fisco", argumentou.

Para o coordenador de Tributos da OAB/SC, Miguel Impaléa, o Código trata exclusivamente dos direitos e deveres do contribuinte. "Para o sonegador e o fiscal corrupto, cabe o Código Penal", assinou. (RMPP)

Opiniões

O deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) declarou não ser contra o contribuinte e nem a favor do Fisco. "Votarei segundo a posição do governo, sem que isso venha contra o interesse do contribuinte", destacou o parlamentar, que já foi secretário estadual da Fazenda.

Para o deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), que representou o relator da matéria, deputado Manoel Mota (PMDB), há necessidade de encontrar o meio termo para esse assunto, aprimorando as condições de arrecadação do contribuinte. "Não podemos inviabilizar a arrecadação e nem a atividade do contribuinte."

A deputada Odete de Jesus (PL) defendeu a nota fiscal eletrônica como forma de evitar a sonegação. Sérgio Godinho (PSB) falou da necessidade do contribuinte ser mais respeitado e mais ouvido e Francisco Küster afirmou que o debate é um importante passo no aprimoramento dos direitos e deveres dos contribuintes. (RMPP)

Deputados ouvem explicações sobre fusão de receitas federais

(foto Salton Soares)

Atendendo solicitação do deputado Francisco Küster (PSDB), que presidiu a reunião da Comissão de Finanças e Tributação na manhã de quarta-feira (26), seus integrantes ouviram esclarecimentos a respeito da Medida Provisória nº 258, editada pelo governo federal, em discussão no Congresso Nacional, e que trata da fusão da receita previdenciária com a receita tributária.

O representante do Sindicato dos Auditores da Receita Federal, Conrado Luís Sanches da Silva, explicou aos parlamentares que a partir desta medida apenas a arrecadação previdenciária passa a ser gerenciada pelo Ministério da Fazenda, mas não a concessão de benefícios. Em tese, alertou, isso pode significar redução da receita da Previdência - que ele classifica como o maior programa de distribuição de renda do país -, pois des-



Especialistas apontaram problemas na fusão pretendida pelo governo federal

vincula a arrecadação da finalidade diante da entrada em um caixa único. Ele disse ainda que ficará mais difícil a cobrança do passivo previdenciário por se tratar de um processo diferenciado e que passa a ser realizado não mais pelos procuradores federais do INSS, mas pelos procuradores da Fazenda, além de causar um conflito entre as duas categorias.

"Isso significa uma ameaça de desmonte da Previdência, que irá repercutir na rea-

lidade de muitos dos pequenos municípios que dependem da receita gerada pela Previdência", argumentou Conrado. Segundo ele, este é um trabalho que o Sindicato dos Auditores da Receita Federal vem fazendo junto aos parlamentares, para que de certa forma se realize o debate sobre o assunto. "A Medida Provisória é um instituto de exceção que acaba por excluir a sociedade do debate". O prazo da MP nº 258 expira no dia 18 de novembro. (SD)

CCJ aprova projeto que destina R\$ 700 mil às APAEs

O projeto de lei que destina mensalmente 1% dos recursos arrecadados pelo Fundo Social às 185 APAEs (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) em todo o Estado teve aprovação unânime, na manhã de terça-feira (25), na Comissão de Constituição e Justiça. A proposta foi enviada à Casa pelo Executivo, no dia 19, quando o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Julio Garcia (PFL), governava interinamente o Estado. Na oportunidade, ele visitou o Legislativo para entregar a proposta e pedir o apoio dos demais parlamentares à iniciativa que irá beneficiar 15 mil alunos especiais, com cerca de R\$ 700 mil mensais. Relator da matéria, o deputado Jorginho Mello (PSDB), que preside a CCJ, acelerou a tramitação, segundo explicou, pelo "enorme alcance social da medida". O projeto será analisado agora pela Comissão de Finanças e Tributação.

Os integrantes da Comissão de Justiça aprovaram ainda o projeto que trata do plano de carreira, cargos e salários do Poder Judiciário, com o acatamento pelo

relator Jorginho Mello de uma emenda do deputado Onofre Agostini (PFL) que prevê o prazo de dois anos para a implementação do piso salarial.

Também recebeu o aval dos parlamentares a Proposta de Emenda Constitucional nº 03/05, que promove adequações à Carta Estadual, de acordo com a Emenda nº 45, à Constituição Federal, que trata da reforma do Poder Judiciário.

Ainda foram analisadas e aprovadas as propostas de lei que tratam da alteração de dispositivo da Lei nº 11.481/00, que instituiu o Programa Catarinense de Recuperação Fiscal, e outra de autoria da deputada Odete de Jesus (PL). O primeiro, apresentado pelo deputado Nelson Goetten (PFL), define a base de cálculo pelo percentual da receita bruta do mês anterior. O segundo foi pensado ao Projeto de Lei nº 403/05, de autoria do deputado Cesar Souza (PFL). Ambos tratam da obrigatoriedade dos estabelecimentos farmacêuticos e drogarias afixarem aviso de esclarecimento das possibilidades de substituição de medicamentos por médicos. (SD)

Parlamento realiza nova audiência para discutir ações contra a febre aftosa

Representantes do setor produtivo e entidades ligadas à agropecuária, reunidos em audiência pública realizada no dia 25, pela Comissão de Agricultura e Política Rural, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP), pediram que a fiscalização seja intensificada com barreiras volantes e que as propriedades de fronteira tenham a responsabilidade de rastrear seus animais. A criação de corredores específicos para o trânsito de produtos para evitar um impacto negativo na economia e a punição a quem tiver seus plantéis infectados, também foram sugeridas. O debate foi realizado no auditório do Senac (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

A reunião aconteceu um dia após o governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB) decretar estado de emergência sanitária em Santa Catarina. Ele também pediu o apoio de tropas do Exército para atuar nas barreiras montadas pela Cidasc (Companhia Integrada de Desenvolvi-



(foto Jonas Lemos Campos)

Entidades do setor pediram punição a produtores cujos plantéis estejam contaminados

mento Agrícola de SC) e evitar a ocorrência de febre aftosa no Estado.

A promoção da audiência pela comissão parlamentar, assinalou Caramori, serviu para reunir as entidades afins e o setor produtivo para, com a mesma cartilha, buscar sugestões e alternativas que impeçam a contaminação do rebanho catarinense. "Estive reunido, em General Carneiro (PR), junto com o deputado paranaense

Aldir Ronsoni (PSDB), fazendo apelo aos produtores da região para que evitem movimentar seu gado. Existe uma grande área de divisa seca onde é fácil burlar a vigilância. Por isso contamos com o apoio da população e dos criadores com a intenção de impedir que qualquer epidemia entre em nosso Estado", explicou.

Santa Catarina foi declarada *Área Livre de Febre Aftosa* pela Organização Mundial de Saúde Animal, com vacinação, em 1998, e sem vacinação, pelo Ministério da Agricultura, em 2000. Há 14 anos não há registro de qualquer caso da doença no Estado, que tem um rebanho estimado em 3,5 milhões de cabeças.(CA)

O decreto

O decreto governamental, declarando *Estado de Emergência Sanitária*, permite ao governo do Estado e às prefeituras ações mais rápidas e eficazes, formalizando a adoção de medidas já tomadas, como a proibição do ingresso de qualquer produto de origem animal pela divisa do Paraná e a suspensão, por tempo indeterminado, de todos os eventos agropecuários previstos até o final do ano. Também permite que processos licitatórios e pedidos de auxílio, como o de tropas federais para atuar nas barreiras sanitárias, sejam acelerados.

O diretor de Defesa Animal do governo estadual, Roni Barbosa, afirmou que Santa Catarina está agindo sob critérios técnicos, atendendo recomendação da Organização Mundial de Saúde Animal. Neste momento, assinalou, as ações exigem procedimentos eficientes e com amparo legal, e enfatizou que o fato de o rebanho não necessitar de vacinação "assegura um status sanitário que garante a manutenção das exportações".

Desde o surgimento dos primeiros focos de febre aftosa no Mato Grosso do Sul, neste mês, a Cidasc reforçou as 43 barreiras sanitárias nas fronteiras de Santa Catarina com a Argentina, Paraná e Rio Grande do Sul. Ali trabalham 250 barreiristas, entre eles médicos veterinários. O grupo conta ainda com a participação de 105 policiais militares.(CA)



(foto Solon Soares)

Caramori e Sopelsa: mobilização conjunta

Penalização pode ajudar no combate

Representando a Faesc (Federação da Agricultura do Estado de Santa Catarina), Enori Barbieri sugeriu a obrigatoriedade aos proprietários de rastrear seu plantel e pediu a penalização de criadores cujo gado tenha sido infectado, não apenas o abate dos animais. "A Cidasc sabe quem são os contrabandistas de gado no Estado. Precisamos de uma legislação que penalize com prisão quem não cumprir as normas. Mas também precisamos ver o lado do produtor que, em muitos casos, não sabe que tipo de produtos podem transitar, onde e como. Nosso Estado não tem capacidade de reter produtos. Precisamos de um acordo para flexibilizar o trânsito de produtos com segurança, pois até agora o Ministério da Agricultura tem tratado Santa Catarina com uma linguagem desafiada", ressaltou.

O diretor técnico da Cidasc, Gécio Meller, ratificou que o controle móvel foi intensificado com o auxílio da Polícia Militar, além do rigor im-

posto nas 24 barreiras. "Agora com o decreto (do governo estadual) podemos aumentar o contingente de técnicos da Secretaria da Agricultura e intensificar a fiscalização e desinfecção", afirmou.

Participaram também da audiência pública os deputados Dionei Walter da Silva (PT), Gelson Merísio (PFL), Narcizo Parisotto (PTB) e Francisco Küster (PSDB), os representantes da Secretaria de Estado da Agricultura e Política Rural, Hamilton Faria e Roni Barbosa, da Associação Catarinense de Criadores de Bovinos, Vamiré Luiz Sens, da Polícia Militar, coronel Edson Hassen, do Sindicarões, Ricardo Gouvêa, da Associação Catarinense de Criadores de Suínos, Wolmir de Souza, da FetrafSul, Size-nando Biazus, da empresa Avipal, Marcelo Barboza da Silva, do superintendente do Ministério de Agricultura em Santa Catarina, Tarcísio Kock, e do presidente do Sindicato dos Zootecnistas, Francisco de Assis Nunes.

Infectologistas serão convidados para novo debate

Da tribuna, na tarde do dia 26, a líder do PL, deputada Odete de Jesus, mostrou sua preocupação com a possibilidade de que o vírus da febre aftosa atinja Santa Catarina. "Estamos em alerta com a aftosa, assim como com a gripe aviária. Por isso vou solicitar uma outra audiência pública para tratar do caso, mesmo já tendo ocorrido ontem (25) uma audiência que abordou o tema, realizada pela Comissão de Agricultura da Assembleia, presidida pelo deputado Reno Caramori (PP)", anunciou.

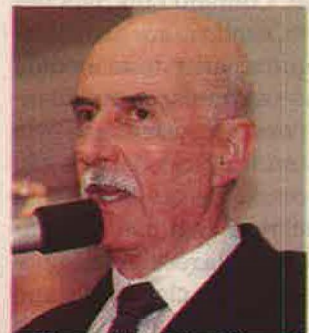
Por tratar-se de um "problema de saúde pública", conforme sua avaliação, a parlamentar antecipou que a nova audiência contará com a pre-

sença de médicos infectologistas e autoridades sanitárias para que, através da TVAL (TV Assembleia Legislativa), a população catarinense possa ser informada sobre os riscos da aftosa, registrando que "o governo deve alertar a população catarinense sobre os perigos da doença".

Conforme manifestação do deputado Francisco Küster (PSDB), Santa Catarina não pode correr o risco de contaminação por febre aftosa. "Nosso rebanho é o único limpo. Se tivermos que vacinar, vamos perder esse título", disse. Os prejuízos, alertou, já estão começando e por isso é importante que estejamos vigilantes para evitar que o pior aconteça", concluiu o tucano. (DAB/GMP)



Odete: "Riscos à saúde"



Küster: "Rebanho é limpo"

Delegado Hendges volta ao caso de atentado em Itapema

(foto Solon Soares)

Carlos Agne

O secretário da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet, determinou o retorno do delegado Renato Hendges às investigações no caso do atentado ao jornalista Maurício Barth. A decisão foi tomada durante reunião conjunta das Comissões de Segurança Pública e de Direitos e Garantias Fundamentais e de Amparo à Família e à Mulher, presididas, respectivamente, pelos deputados Dionei Walter da Silva (PT) e Ana Paula Lima (PT), realizada na manhã de quarta-feira (26).

O crime, que deixou o jornalista em uma cadeira de



Discussão levou ao encaminhamento anunciado por Ronaldo Benedet (à direita)

rodas, aconteceu em 23 de março e continua sem punição para os autores e/ou mandantes, situação que levou os parlamentares a exigir providências das autoridades.

Depois de os integrantes do Movimento Reage Itapema se manifestarem em Plenário pedindo justiça, no último dia 18, as duas comissões decidiram, de forma integrada, ouvir as autoridades envolvidas nas investigações e conclusão do inquérito que apura o crime de tentativa de homicídio

contra o jornalista, editor chefe de um jornal de Itapema. Barth disse emocionado que ainda acredita nas instituições democráticas e pediu celeridade no processo, pois continua recebendo ameaças. Sob lágrimas, ele afirmou que toda a sua família está temerosa, especialmente a filha de 8 anos, que passa por tratamento psicológico depois de ter assistido o próprio pai ser alvejado três vezes pelos bandidos na porta de casa. "Todos estão com medo na cidade. Sabem quem mandou, quem fez e não há como puni-los", desabafou.

Crime político

Os deputados Paulo Eccel (PT), Francisco de Assis (PT) e Simone Schramm (PMDB) se solidarizaram com Barth e também pediram providências ao secretário para que o processo seja concluído com a punição dos criminosos. Benedet, ao ouvir a denúncia de que antes do crime o jornalista já havia sido ameaçado sob a mira de armas de fogo, pediu que seja feito um dossiê sobre toda a situação, incluindo CDs gravados com algumas das ameaças. De antemão, anunciou que vai determinar ao chefe da Polícia Civil, Ilson da Silva, para que o delegado Hendges retorne às investigações juntamente com o apoio do delegado regional de Balneário Camboriú, Maurício Skudlack. "Esse não é um crime comum. É um crime constitucional e político e deve ter a atenção que merece", observou o secretário.

Por outro lado, Hendges disse que os trabalhos já estão bem adiantados, mas é necessário o deslocamento a outros municípios e estados para a conclusão das investigações. "É como uma pença de siri. Depois de pegar o primeiro, vem um agarrado no outro", ironizou o delegado.

Participaram da reunião os deputados Odete de Jesus (PL), Sérgio Godinho (PSB) e Onofre Agostini (PFL), o gerente de Inteligência da SSP, Aldo Prates D'Ávila, o corregedor-geral da SSP, coronel PM João Gilberto Campos Filho, o secretário adjunto da SSP, coronel Dejair Vicente Pinto, os vereadores de Itapema, Maria Luci da Silva (PP) e Luiz Carlos Vieira (PT) e o comissário da DP do município, Ecil Eger.



Jornalista está na cadeira de rodas



Delegado Hendges retorna ao caso

Educação em Direitos Humanos promove fortalecimento da democracia

(foto Jonas Lemos Campos)

A SEDH (Secretaria Especial dos Direitos Humanos) e o MEC (Ministério de Educação), com o apoio do Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos, estão construindo um processo de mobilização nacional com órgãos federais e municipais e entidades da sociedade civil. O objetivo é divulgar, revisar e coletar sugestões para o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos. Santa Catarina realizou o debate, no último dia 21, com o apoio do Poder Legislativo, através da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais de Amparo à Mulher e à Família, presidida pela deputada Ana Paula Lima (PT).

Participam o pró-reitor de Ensino e Graduação da UFSC, Marcos Laffim, Edir Seemund, representando a Secretaria de

Estado da Educação, Dorian Ribas Marinho, da Comissão de Direitos Humanos da OAB/SC, Tatiana Menestrina, pró-reitora de Extensão, Cultura e Comunidade da Udesc, e Nair Bicalho, representante da SEDH.

A finalidade do Plano é fortalecer o Estado Democrático de Direito, dando ênfase aos direitos humanos no desenvolvimento nacional. Através dele, pretende-se contribuir para a efetivação dos compromissos assumidos pelo Brasil com relação a educação em direitos humanos referentes a programas internacionais e na-



Nair criticou postura da sociedade

cionais. Além disso, se quer avançar nas ações e propostas do Programa Nacional de Direitos Humanos, orientar políticas educacionais direcionadas para

o respeito aos direitos humanos, estabelecer concepções, objetivos, princípios e ações para a elaboração de programas e projetos na área de educação em direitos humanos.

"O desafio da educação avança no caminho da promoção da cultura contra a violência. Este plano é o caminho para a alteração de graves violações e o fortalecimento do Estado Democrático", resumiu a deputada Ana Paula, ao esclarecer que a partir de 2003 as políticas federais referentes aos direitos humanos passarão a ter a cultura como eixo.

"Entendo que a sociedade brasileira ainda é uma sociedade autoritária e discriminatória e a educação é, de uma certa forma, um caminho para a mudança dessas atitudes", definiu a representante da SEDH, Nair Bicalho.

Prática

A UFSC recebeu, em 2004, um prêmio da Secretaria Especial pelos projetos desenvolvidos em prol dos Direitos Humanos. "O nosso Estado vem sendo um modelo em todos os eventos", comentou Eunice Nodari, representante do Fórum Nacional de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas e Brasileiras.

Por sua vez, a Udesc está desenvolvendo projetos para a melhoria da educação em 13 cidades de norte e nordeste do Estado, resgatando a cultura dos afro-descendentes e índios, com a inclusão digital e a formação superior. (DAB)

Santa Catarina terá política estadual de educação ambiental

Projeto governamental foi aprovado na tarde de quarta-feira (26), quando os parlamentares também avalizaram proposta de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), autorizando o governo a instituir o programa de coleta seletiva de lixo nas escolas públicas.

(foto Jonas Lemos Campos)

O Projeto de Lei nº 332/05 que institui a PEEA (Política Estadual de Educação Ambiental), determina que o Poder Público, em acordo com a Constituição Federal, deve definir políticas públicas que incorporem a dimensão ambiental, assim como promover a educação nessa área em todos os níveis e modalidades de ensino e estimular o engajamento da sociedade na conservação, recuperação e melhoria do meio ambiente.

O texto também estabelece que as instituições educativas, através de seus projetos pedagógicos, promovam a educação ambiental de maneira integrada aos programas educacionais que desenvolvem. Aos órgãos estaduais e municipais, integrantes do Sisnama (Sistema Nacional de Meio Ambiente), cabe promover ações de educação integradas aos programas de conservação, recuperação e uso sustentável do meio ambiente.

Já os meio de comunicação e informação deverão colaborar de maneira ativa e permanente na disseminação de informações práticas educativas sobre meio

ambiente e incorporar o assunto em sua programação.

As empresas públicas e privadas, entidades de classe e instituições públicas promoverão programas destinados à capacitação dos trabalhadores, visando à melhoria e ao controle efetivo sobre o am-

biente de trabalho, assim como os impactos do processo produtivo no meio ambiente. As organizações não-governamentais, sociedade civil e movimentos sociais também participarão estimulando e apoiando programas e projetos de educação ambiental. (TK)



Parlamentares apreciaram dezenas de projetos durante a tarde de quarta-feira (26)

Seletiva

Além disso, com a aprovação do Projeto de Lei nº 296/05, de autoria da deputada Simone Schramm (PMDB), o Poder Executivo poderá instituir o Programa de Coleta Seletiva de lixo nas escolas públicas e particulares em todo o Estado, com a finalidade de minimizar os impactos do lixo na natureza e nas comunidades onde as escolas estão inseridas.

A coordenação e gestão deste programa ficam a cargo de grupo especial, em cada município, composto por representantes da Secretaria de Estado da Educação, Ciência e Tecnologia, dos professores de escolas públicas, dos professores de escolas particulares e dos pais ou responsáveis pelos alunos.

Do material resultante da coleta seletiva, 50% será destinado à entidade com a qual foi firmado o convênio no município e os outros 50% serão comercializados pelas escolas e os recursos arrecadados revertidos para projetos sobre conscientização ambiental, mantidos pela escola e pelo município. (DAB)

Deputados autorizam instituição do sistema de saúde dos servidores

Na tarde do dia 26, a Assembleia Legislativa aprovou o Projeto de Lei Complementar nº 30/05, de autoria governamental, que institui o Sistema de Assistência à Saúde dos Servidores do Estado de Santa Catarina. Denominado *Santa Catarina Saúde*, o sistema será administrado pela Secretaria de Estado da Administração, com cobertura financeira do Fundo do Plano de Saúde dos Servidores Públicos Estaduais instituído pela Lei nº 13.344, de 10 de março de 2005.

O texto da nova lei determina que a contrapartida financeira dos servidores nas despesas médicas será de "até 30%, quando da utilização do Plano de Assistência à Saúde, conforme estabelecido em Regulamento". Também prevê que o valor da co-participação dos segurados nas despesas médicas será descontado em parcela única, até o limite de 20% da remuneração. A inscrição no *Santa*

Catarina Saúde dos atuais associados do Plano de Assistência à Saúde dos Servidores Públicos do Estado de Santa Catarina, instituído pela Lei Complementar nº 179, de 1999, é automática, ressalvada a obrigatoriedade do segurado de firmar, no prazo máximo de até 60 dias, novo contrato de adesão.

Os servidores do Ipesc (Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina), que em 28 de fevereiro de 2005 se encontravam em efetivo exercício na extinta Diretoria de Serviços de Saúde do Instituto, serão lotados na Diretoria do Plano de Saúde da Secretaria de Estado da Administração, em razão da absorção de suas atividades pela Secretaria de Estado da Administração.

Ficam revogadas, 90 dias após a publicação desta lei complementar, as lei complementares nº 179, de 23 de junho de 1999, nº 193, de 3 de maio de 2000 e a de nº 199, de 19 de julho de 2000. (MAP)

As principais emendas:

- Ao artigo 4º, proposta pelos deputados Onofre Agostini (PFL) e João Henrique Blasi (PMDB), estendendo o plano aos cartorários extrajudiciais nas funções de Notariais, Registradores, oficiais substitutos, oficiais maiores escreventes juramentados e juizes de paz, que foram nomeados antes da Lei Federal nº 8.935, de 18 de novembro de 1994.

- Da Comissão de Constituição e Justiça, acrescenta parágrafo único ao Artigo 32, criando 22 funções de chefia, sendo 18 de supervisor, nível FC-1, uma de assistente, nível FC-2 e três de auxiliar, nível FC-3, para atender à diretoria do Plano de Saúde da Secretaria Estadual de Administração

- Do deputado João Henrique Blasi (PMDB), líder do governo, emenda que transforma 10 cargos de Analista Técnico Administrativo II em igual número de cargos de Assistente Jurídico, NOS, nível 13, referência A.

- Do deputado Julio Garcia (PFL), emenda acrescentando o Artigo 5º à Lei nº 13.344, de 10 de março de 2005, que criou o Fundo do Plano

de Saúde dos servidores. Determina que a prestação de contas da gestão financeira do Fundo será responsabilidade do secretário da Administração e do diretor do Plano de Saúde. Será feita, em cada exercício, ao Conselho Consultivo e ao Tribunal de Contas do Estado, utilizando balancetes, demonstrativos e balanços, encaminhada por intermédio da Coordenadora de Administração Financeira da Secretaria da Fazenda.

- Da Comissão de Saúde, ao Artigo 5º, tornando determinante, em seu caput, a celebração de convênio com os municípios do Estado para fornecer assistência à saúde aos servidores e empregados.

- Outra emenda da Comissão de Saúde define como segurado especial os servidores não efetivos da Magistratura Estadual, do Ministério Público Estadual, os conselheiros e auditores do Tribunal de Contas e os procuradores do Ministério Público junto ao TCE. Também foi acrescentado o termo segurado conveniado para designar os servidores e empregados, independentemente do regime jurídico de trabalho, que serão atendidos pelo Plano.

Empresas não serão obrigadas a instalar a TEF

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

Magda Audrey Pamplona

As empresas enquadradas no Simples/SC (programa fiscal destinado às micro e pequenas empresas) não serão obrigadas a instalar o sistema de TEF (Transferência Eletrônica de Funtos), desde que as informações relativas às suas operações e prestações, cujo pagamento seja realizado por meio de cartão de crédito, débito ou similar, sejam prestadas pelas administradoras de cartão à Secretaria de Estado da Fazenda. Este é o teor do substitutivo global, aprovado na tarde do dia 26, em Plenário, ao projeto de Lei nº 255/05, de autoria do deputado Dionei Walter da Silva (PT), que dispõe sobre as comprovantes de pagamentos efetuados por meio dos cartões de crédito e débito automático em conta corrente.

De autoria do líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), o substitutivo estabelece que, caso as operadoras não forneçam essas informações,



Substitutivo de Blasi ao projeto de Dionei (ao microfone, à direita) foi aprovado com emenda de Vieirão

serão multadas. A TEF, quando ligada ao ECF (Emissor de Cupom Fiscal), emite o cupom assim que é efetuada a transação com cartão de crédito. A proposta acrescenta e altera dispositivos da Lei

nº 10.297, de 26 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviço de transporte interestadual e intermuni-

pal e de comunicação.

O substitutivo global foi elaborado com a concordância de entidades empresariais como a FCDL (Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas), Fampesc (Federação das Associações de Micro e Pequenas Empresas de Santa Catarina), Ajorpeme (Associação de Joinville e Região da Micro, Média e Pequena Empresa) e AMPES (Associação das Micro e Pequenas Empresas) de todo o Estado.

Emenda – Os deputados também aprovaram emenda de autoria do progressista Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP), que impõe multa a quem se negar a dar as informações. A emenda acrescentou o seguinte texto ao Artigo 90-B, do substitutivo global: “*incorrendo o atendimento previsto no Artigo 46-A, o contribuinte que deixar de entregar as informações sobre as operações ou prestações realizadas pelo estabelecimento, referentes aos recebimentos que tenham ocorrido por meio de seus sistemas de crédito, débito ou similares, no prazo estabelecido em intimação formal, será multado*”.

Medida Provisória modifica lei da SC Parcerias

No mesmo dia em que passou pela apreciação da Comissão de Finanças e Tributação, com votos contrários dos deputados Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP) e Dionei Walter da Silva (PT), foi aprovada em Plenário a Medida Provisória nº 120/05. Ela altera artigos da Lei nº 13.335/05, que criou a SC Parcerias, autorizando a cessão ou transferência à empresa de ativos de propriedade do Estado, em montante e condições a serem definidos pelo governador, de bens móveis e imóveis e participações societárias, na forma estabelecida por decreto. E, ainda, o uso de recebíveis do Fadesc (Fundo de Apoio do Desenvolvimento Catarinense) e os direitos relativos aos créditos tributários, inclusive aqueles parcelados, inscritos ou não na dívida ativa.

A nova redação da MP, aprovada na Comissão de Finanças, acrescenta ainda a possibilidade de constituição de sociedades, inclusive de propósitos específicos. O relator na Comissão, deputado Antônio Ceron (PFL), incluiu emenda aditiva – também avalizada pela maioria dos parlamentares à tarde –, possibilitando às empresas que possuam débito de ICMS utilizar os créditos de ICMS decorrentes de exportação para quitarem as dívidas. “Tem muitas empresas que possuem estes créditos, mas não podem usar, dificultando ainda mais a situação financeira delas”, justificou Ceron.

A emenda recebeu críticas do deputado Antônio Carlos Vieira – Vieirão (PP) na Comissão, sob o argumento de que fere a Lei nº 5.172/66 (Código Tributário Nacional), na qual está definido, segundo ele, que o débito tributário do contribuinte ou crédito tributário do Estado não pode ser compensado com outros créditos.

Antecipação – O deputado Vieirão repetiu, em Plenário, os argumentos que o levaram a rejeitar a Medida Provisória. Para ele, a MP representa uma engenharia financeira lesiva aos cofres públicos porque permite a antecipação de receitas pelo governo. Conforme suas explicações, as empresas exportadoras, por conta da Lei Kandir, contam hoje com um crédito tributário em torno de R\$ 600 milhões. Estes valores poderão ser negociados com as indústrias, para que estas paguem suas dívidas com o Prodec, em contratos que estendem-se até 2015, antecipando receitas de outros governos, no caso de alguns deles. De acordo com o progressista, os créditos tributários das empresas exportadoras poderão ser vendidos a valores inferiores. “Por exemplo, uma empresa que tem uma dívida de R\$ 20 milhões compra este valor, mas negocia o pagamento de somente R\$ 15 milhões”, explicou. Estes créditos são repassados ao Fadesc, que integraliza os valores no capital da SC Parcerias. (SD)

Projeto cria vagas para servidores na Segurança Pública

O Plenário aprovou, na tarde do dia 26, os projetos de Lei nº 333/05 e 334/05, de origem governamental, que tratam da criação, respectivamente, de cargos de provimento efetivo para o Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator e para o Sistema Prisional do Estado de Santa Catarina, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, de acordo com a Lei Complementar nº 254, de 15 de dezembro de 2003.

O Projeto de Lei 333/05 estabelece a criação, no Sistema de Atendimento ao Adolescente Infrator, de vagas para os cargos de motorista (12), artífice II (15), técnico em atividades administrativas (20), técnico em atividades de saúde (8), instrutor (45), técnico em informática (5), advogado (3), assistente social (10), cirurgião dentista (3), médico (10), nutricionista (1), psicólogo (10), pedagogo (8), bibliotecário (1), terapeuta ocupacional (6), enfermeiro (3), monitor (250).

Já o Projeto de Lei 334/05 cria, para o Sistema Prisional, vagas para os cargos de motorista (30), técnico

em atividades administrativas (100), técnico em atividades de saúde (30), técnico em informática (10), técnico em atividades agropecuárias (8), operador de equipamento (5), técnico em atividades de engenharia (3), advogado (15), assistente social (30), cirurgião dentista (15), médico (25), nutricionista (5), psicólogo (45), pedagogo (20), bibliotecário (2), terapeuta ocupacional (25), médico veterinário (5), engenheiro agrônomo (5), engenheiro civil (2), enfermeiro (20), analista técnico administrativo II (5), analista em informática (4), farmacêutico (5), agente prisional (800). O secretário de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, Ronaldo Benedet (PMDB), argumenta, na justificativa aos dois projetos, que “a legislação atual, vigente há mais de 20 anos, não atende mais às demandas crescentes” em ambos os sistemas. “Não raro, há situações de dois agentes cuidando de 300 presos”, assinala o secretário.

Os cargos serão providos de forma gradativa, observados os princípios da oportunidade e do interesse público. (MAP)

Aprovados

Armazenagem em rafia

O substitutivo global do deputado Jorginho Mello (PSDB) ao Projeto de Lei nº 263/05, também de sua autoria, foi aprovado no dia 26. Ele determina que as embalagens flexíveis de rafia, usadas para acondicionar produtos utilizados nas atividades industriais, comerciais e agrícolas deverão ser coletadas pelos consumidores desses produtos e devolvidas aos estabelecimentos comerciais, representantes ou distribuidores e vendedores. O prazo máximo para recolhimento e destinação final é de três meses, a contar da data do recolhimento das embalagens nos locais de compra.

Como penalidades aos infratores, a proposta estabelece advertência, com prazo para regularizar a situação, multa e interdição do estabelecimento no caso de infração continuada. Nos casos de interdição, será assegurada ampla defesa para as atividades que resultarem em contaminação significativa de águas superficiais ou subterrâneas, degradação ambiental que não comporte medidas de regularização, reparação, recuperação pelo infrator ou à custa dele, risco iminente à saúde pública. (RV)

Cidadão catarinense

Conforme o Projeto de Lei nº 281/05, do deputado Clésio Salvaro (PSDB), aprovado no dia 26, foi concedido o título de Cidadão Catarinense a Jorge Antônio Maurique, juiz do Tribunal Regional Federal, que está radicado em Santa Catarina desde 1987.

Nascido no Rio Grande do Sul, Maurique assumiu o cargo de juiz substituto no Estado em 22 de maio de 1987. Seis anos depois foi promovido a juiz federal, exercendo suas funções nos municípios de Criciúma e Florianópolis, além de ministrar aulas na Unisul (Universidade do Sul de Santa Catarina), na Escola Superior da Magistratura Federal e na Escola Superior da Magistratura Catarinense. (GMP)

Estrutura do IMETRO

Com a aprovação do Projeto de Lei nº 331/06, o IMETRO/SC (Instituto de Metrologia de Santa Catarina) passa a ter autonomia orçamentária financeira, técnica, funcional e administrativa por tempo indeterminado e ficará vinculado à Secretaria Estadual do Planejamento.

A instituição, que trabalhará em conjunto com o INMETRO (Instituto Nacional de Metrologia, Normatização e Qualidade Industrial), ainda contará com um Conselho Consultivo, Diretoria de Administração, Diretoria de Metrologia Legal e Diretoria de Fiscalização da Qualidade. Poderá celebrar convênios e contratos com órgãos ou entidades públicas e privadas. (GMP)

Leilões públicos

O Projeto de Lei nº 330/04, de origem governamental, que institui o parcelamento de lances oferecidos em leilões públicos nas execuções fiscais do Estado, passou pelo crivo dos deputados na tarde de quarta-feira (26). Ele determina que a Fazenda Pública poderá requerer ao juízo da execução fiscal que o valor da arrematação, em leilão judicial dos bens penhorados, seja parcelado, fazendo constar no edital as condições em que será concedido.

O arrematante deverá depositar, no ato, 40% do valor da arrematação, além das custas e despesas processuais, e o restante nos prazos previstos pela legislação tributária para o parcelamento administrativo. O projeto também prevê o caso de o arrematante não pagar qualquer das parcelas mensais em dia. O saldo devedor remanescente vencerá antecipadamente, sendo acrescido em 20% de seu valor a título de multa e imediatamente inscrito em dívida e executado. (TK)

Mulher empresária

Por iniciativa da deputada Simone Schramm (PMDB), autora do Projeto de Lei nº 294/05, aprovado no dia 26 em Plenário, fica criado o Dia Estadual da Mulher Empresária, a ser comemorado anualmente em 17 de agosto. A data deverá constar no calendário oficial do Estado e a definição para o termo serve para profissionais de atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

Segundo a parlamentar, a homenagem tem o objetivo de marcar a trajetória das mulheres "guerreiras e corajosas, que precisam ser valorizadas por exercerem com plenitude sua caminhada no empreendedorismo".

A peemedebista explicou que no dia 17 de agosto de 1995 foi criado o Núcleo da Mulher Empresária da ACIJ (Associação Comercial e Industrial de Joinville), primeiro núcleo de mulheres empresárias de Santa Catarina. (RV)

Dívida ativa

Foi aprovado o Projeto de Lei nº 272/05, de autoria do deputado Antônio Carlos Vieira - Vieirão (PP), que reinsere a Seção V ao Capítulo II da Lei nº 3.938/66. A partir da aprovação, o capítulo passa a vigorar sob o título "Do cadastro de inadimplentes e da divulgação dos devedores".

Conforme o projeto, os contribuintes em dívida ativa serão incluídos em cadastro de inadimplentes criado para esta específica finalidade, e depois será providenciada a publicação no *Diário Oficial do Estado*.

O parlamentar disse que o projeto busca reduzir a inadimplência dos contribuintes com o erário estadual. O procedimento de reinserção da Seção V ao Capítulo II, busca manter a estrutura das normas gerais do direito tributário. (GMP)

Emenda à Constituição atualiza estruturas do TJ e do MP

A Proposta de Emenda Constitucional nº 3/05, subscrita por todos os líderes de partido com assento na Casa e que promove alterações no Capítulo IV da Constituição do Estado, que trata do Tribunal de Justiça do Estado, e ao Capítulo V, que refere-se ao Ministério Público, foi aprovada na tarde do dia 26. A PEC é complementar à última emenda à Constituição Estadual aprovada no ano passado e promulgada em janeiro deste ano. Esta emenda promoveu inúmeras alterações no texto constitucional, visando guardar a similaridade com o texto da Constituição federal.

Dentre as várias alterações estão as de incisos do Artigo 78, que dispõe sobre o ingresso na carreira

de magistrado, do Artigo 80, que assegura garantias aos juízes, e do Artigo 81, que trata da parte administrativa do Tribunal de Justiça. Também foram procedidas alterações nos artigos 88 e 89, que tratam da classificação de comarcas, e a designação de juízes para resolver questões agrárias, respectivamente.

Com relação ao Capítulo V, que refere-se ao Ministério Público, as alterações foram feitas nos Artigos 96, 98, 99 e 100. Esses artigos dispõem sobre a composição da lista tripartite para procuradores de Justiça, área administrativa e financeira, garantias de integrantes do MP e, ainda, de irredutibilidade de vencimentos de seus membros. (MOR)

Onofre defende subvenção

A matéria publicada no dia 19 pelo jornal *A Notícia*, sobre o recebimento de R\$ 100 mil pela Associação dos Produtores Rurais de Curitiba, como subvenção social do governo do Estado, levou o deputado Onofre Agostini (PFL) à tribuna na sessão do dia 20, em defesa da entidade. O parlamentar contou que fez a solicitação para que a Associação fosse contemplada com os recursos, que foram investidos na Expocentro, considerada uma das maiores festas de produtores do Estado e do país.

Segundo Onofre, desde que foi prefeito de Curitiba, em 1972, a

feira é realizada e sempre foi promovida pela Associação de Produtores Rurais do município, sendo modelo para o Brasil, em especial a partir da introdução da I Festa do Terneiro Prococe. "Claro que a prefeitura participa, mas a organizadora é a entidade representativa dos produtores. Há muitos anos, independente de partido político, os governos ajudam a festa com subvenção."

Onofre observou ainda que, na última festa, foram comercializados mais de 3 mil terneiros em dois dias. "Com isso, ganha o município e o Estado", ressaltou. (CA)

Parlamentar lembra Semana do Contestado

A Semana do Contestado, de 21 a 28 de outubro, foi lembrada pelo deputado Antônio Aguiar (PMDB), na tarde de terça-feira (25), em Plenário. Conforme o parlamentar, a palavra "Contestado" é omitida propositalmente nos livros didáticos, fazendo com que a história seja conhecida por poucos.

"A Guerra do Contestado sofreu injustiças históricas. Não fossem os esforços de alguns estudiosos, seria um fato esquecido. Houve muito sofrimento e muitas lágrimas foram derramadas", lamentou.

Nos dias de hoje, o tema chama a atenção de historiadores, pesqui-



Aguiar: "Foi uma luta pela liberdade"

sadores e jornalistas e, segundo Aguiar, "tornou-se modismo intelectual". Ele afirmou que o Contestado e sua história passa agora a assumir uma nova dimensão ao estruturar os feitos na luta pela liberdade.

A Guerra do Contestado foi uma disputa travada entre as províncias do Paraná e Santa Catarina, pela área localizada entre os rios do Peixe e Peperi-guaçu, originada antes mesmo da criação da província do Paraná, em 1853, permanecendo em litígio até o período republicano. A guerra durou quatro anos e terminou em 1916. (GMP)

PT pede cassação de Nelson Goetten à Comissão de Ética

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)



Deputados Vanio dos Santos e Nelson Goetten (ao fundo)

A bancada petista ingressou na tarde de quarta-feira (26), com representação na Comissão de Ética da Casa pedindo a cassação do deputado pefelista, Nelson Goetten, por infração ao decoro parlamentar e abuso das prerrogativas constitucionais. Segundo anúncio feito em Plenário pelo líder do PT, deputado Paulo Eccel, Goetten teria usado o horário do seu partido, no dia 13 de setembro, para "caluniar, difamar e injuriar" o petista Vanio dos Santos. "Com base no Artigo 5º do Regi-

mento Interno, vamos requerer a punição do deputado, pois a quebra de decoro parlamentar resulta na cassação", avisou.

O pronunciamento em questão baseou-se numa carta apócrifa, lida por Nelson Goetten em sua manifestação da tribuna. Na carta, Vanio dos Santos era acusado de permitir que sua família dispusesse de carros "chapa branca", de usar a estrutura pública em benefício próprio e apropriar-se de re-

ursos públicos.

Para Eccel, é inaceitável que parlamentares se agridam fisicamente ou moralmente. "Para isso temos o Regimento da Casa, que garante a proibição de qualquer calúnia. Goetten teve uma postura agressiva e mentirosa sobre Vanio", salientou o líder do PT, e completou "se temos um Regimento, vamos colocá-lo em prática e se Goetten errou, vai pagar pelo seu erro."

Em aparte, o deputado Francisco de Assis (PT) ressaltou que a atitude de Eccel "é um ato em nome da bancada do PT, que age sempre dentro do que o Regimento impõe".

O deputado Nelson Goetten estava em Plenário, mas não se manifestou sobre o assunto. O líder do PFL, deputado Antônio Ceron (PFL), destacou que respeita a decisão do PT e que a representação percorrerá os trâmites normais da Casa.. (TM)

Destino de recursos do Fundo Social provoca polêmica

Após pedir informações ao Executivo sobre a aplicação de recursos do Fundo Social, o deputado Francisco de Assis (PT) informou, na tarde do dia 18, que os quase R\$ 21 milhões distribuídos entre abril e agosto deste ano não seguem, segundo ele, "o menor bom senso ou critério".

O líder do PMDB, deputado Manoel Mota, contrargumentou, usando como exemplo o projeto de lei apresentado pelo deputado Julio Garcia (PFL), na condição de governador interino. A proposta destina mensalmente 1% dos recursos do Fundo para as APAEs de Santa Catarina (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais).

Assis respondeu que entre as áreas imprescindíveis, a da Saúde recebeu, até agosto, R\$ 717 mil, enquan-

to o montante da pasta de Cultura Esporte e Turismo chegou a R\$ 9,43 milhões. Já a área da Segurança Pública recebeu R\$ 143 mil.

O parlamentar contou que, quando viu no relatório as entidades e quanto elas receberam, visualizou uma situação ainda mais grave. A Associação Brasileira da Indústria de Hotéis recebeu do Fundo Social R\$ 320 mil, enquanto o Hospital Nossa Senhora da Paz, em Água Doce, ficou com R\$ 2 mil. "Em Joinville, a Federação Catarinense de Ciclismo recebeu R\$ 300 mil, a Associação Catarinense de Autorama outros R\$ 15 mil, enquanto os hospitais receberam tão pouco. Qual o critério de escolha e de definição de valores?", questionou.

O líder do P-SOL, Afrânio Boppré, em aparte, sugeriu que os parlamentares fiscalizem mensalmente o relatório da distribuição dos recursos e, a cada

possível irregularidade, peçam informações ao governador. "Muitos que receberam dinheiro do Fundo Social são empresas privadas que nem precisam de ajuda financeira. E as escolas e hospitais que dependem do Fundo Social?", indagou Boppré.

"Vejo que os deputados estão preocupados com recursos e subvenções e isto me chamou a atenção. Existe preocupação com a distribuição dentro do Estado e os milhões que o governo federal liberou para os deputados em emendas durante a eleição do presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB/SP)", respondeu o peemedebista Manoel Mota, enquanto o líder do governo, deputado João Henrique Blasi (PMDB), considerou que "quem votou contra o Fundo Social não devia reclamar que entidades não estão recebendo a verba". (TK/DAB)

DOS GABINETES

Pequim

O deputado estadual José Carlos Vieira (PFL) - juntamente com a comitiva do Estado - visitou em Pequim, na China, a sede da empresa catarinense de alimentos Sadia. O Brasil tem conseguido firmar ótimos acordos com aquele país econômicos nos últimos anos, principalmente com a criação da Câmara de Comércio Internacional Brasil-China. A Sadia possui uma churrascaria em parceria com o Ministério da Agricultura da China desde 1994, a Beijing Brasil.

A China é um país promissor, dinâmico, estrategicamente localizado e economicamente pujante. O gigante asiático atrai cada vez mais a atenção e os olhares dos empresários brasileiros. Hoje, o Brasil é o principal parceiro econômico da China na América Latina, e os chineses são os maiores parceiros do Brasil na Ásia. Santa Catarina não fica fora dessa realidade. O Estado vem encontrando excelentes perspectivas de negócios naquele país, sendo crescente o interesse de companhias locais em fincar bandeira por lá.

Nos últimos cinco anos, as relações comerciais entre o Estado e a China se multiplicaram por três e, no ano passado, a soma de exportações e importações atingiu R\$ 110 milhões. A participação ativa de algumas companhias catarinenses contribui para o desenvolvimento das relações econômicas entre os dois países. (BD)

Leitos em UTIs

O reduzido número de vagas para recém-nascidos e crianças até 14 anos nas UTIs dos hospitais do Vale do Itajaí está preocupando o deputado Cesar Souza (PFL). Na tentativa de resolver o problema, o parlamentar encaminhou indicação, já aprovada em Plenário, solicitando ao governo estadual a instalação de mais leitos para o setor neonatal e infantil nas UTIs. A indicação do parlamentar foi encaminhada ao secretário da Saúde, Dado Cherem.

De acordo com Souza, a região tem 1,5 milhão de habitantes e apenas 56 vagas nas UTIs, segundo dados da Sociedade Catarinense de Terapia Intensiva. O parlamentar assinala que a desativação de alguns leitos hospitalares infantis e o grande número de nascimentos de bebês prematuros contribuem para o agravamento da situação. A ampliação do número desses leitos é de extrema urgência e de grande importância para esses pacientes que necessitam de atendimento intensivo", concluiu. (Liderança do PFL)

Taxas abusivas

O deputado Afrânio Boppré (P-SOL) ocupou a tribuna na quarta-feira, 26, para apoiar o movimento "Tiquetes sim, abuso não", da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes-Abrasel, com apoio da Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade, contra as taxas abusivas cobradas pelas empresas de tiquetes-refeição.

Enquanto operadoras de cartões de crédito cobram taxas de 2% a 3,5%, as operadoras de tiquetes cobram 8%. Aliados a outros custos, o total pago pelos restaurantes chega a 10% do valor da refeição paga com tiquetes, aponta a Abrasel. O deputado Afrânio disse que este movimento contra o valor das taxas do tiquete-refeição é social e deve ter apoio do parlamento, pois a redução de 5% nas taxas, equiparando-as às das operadoras de cartões de crédito, representará ganho de uma a cada 20 refeições feitas pelo trabalhador ou a possibilidade de adquirir 18 refeições a mais em um ano. (CR)

Pobreza das famílias leva crianças à abrigos

(foto Eduardo Guedes de Oliveira)

O Fórum Parlamentar Permanente da Adoção vai encaminhar ao Ministério Público documento com os resultados do debate realizado na tarde da última segunda-feira (24). Em síntese, conforme a presidente do Fórum, deputada Ana Paula Lima (PT), está sendo cobrada uma maior integração do governo com o tema e políticas públicas eficientes. O evento foi realizado à pedido do GEAAF (Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis).

Uma pesquisa feita em 2004 pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada), em conjunto com o Conanda (Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente), revelou que 24,1% das crianças e adolescentes que estão em abrigos que recebem recursos do governo federal encontram-se nesses locais pela situação de pobreza das suas famílias. Foram pesquisadas mais de 600 instituições, que abrigam cerca de 19 mil crianças. O resultado do levantamento foi apresentado por Enid Rocha de Andrade da Silva, coordenadora da pesquisa.

De acordo com o Artigo 23 do ECA (Estatuto da Criança e do Ado-



A deputada Ana Paula e o juiz Francisco José

lescente), a falta ou a carência de recursos materiais não constitui motivo suficiente para a perda ou suspensão do pátrio poder. O parágrafo único do mesmo artigo determina que, não existindo outro motivo que por si só autorize a decretação da medida, a criança ou o adolescente será mantido em sua família de origem, a qual deverá obrigatoriamente ser



Enid: "abrigo é a última opção"

incluída em programas oficiais de auxílio. O levantamento mostrou que 18,1% dessas crianças foram abandonadas pelos pais. Enid destacou que é preciso controlar a entrada de menores nos abrigos, o que pode ser feito através de programas que proporcionem renda às famílias dos menores carentes.

A pesquisa, que gerou um livro, tinha como objetivo subsidiar a adequação das políticas públicas e conhecer as características de serviços prestados pelos abrigos. Mais de 68% deles são de caráter não-governamental e 59% são dirigidos por voluntários. "Constatamos que os abrigos também estão abandonados. Eles são o *locus* da pobreza. Faltam políticas públicas que

sustentem essas crianças. Afinal, o abrigo deve ser a última opção para uma criança", disse Enid. Dados comprovam que 86% das crianças abrigadas têm família e estão lá por carência de recursos. Apenas 10,7% estão em condições de adoção.

Programa do Ministério Público permite acompanhamento de processos

A promotora de Justiça e coordenadora do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude do Ministério Público de Santa Catarina, Helen Cristine Corrêa Sanches, informou que há dois anos esta instituição desenvolve o *Programa Família Melhor Abrigo*, e tem como objetivo avaliar o número de crianças que estão em abrigos institucionais, verificar como estão funcionando e quais as suas carências.

Segundo a promotora, o desconhecimento da realidade ainda é um problema a ser resolvido e, para tentar amenizar a situação, está sendo desenvolvido um *software* que será usado por todos os promotores do Centro. "Assim será mais fácil acompanhar a situação processual e pessoal das crianças que habitam os abrigos e não deixá-las sem uma definição. O Ministério Público também defende a reintegração da criança no seio familiar, assim como a manutenção de políticas públicas que possi-



Helen: "conhecendo a realidade"

bilitem aos pais cuidar de seus filhos corretamente", argumentou.

De acordo com Helen, as crianças amparadas pelos abrigos permanecem na instituição até completar a maioridade, sendo que, em alguns casos, como aquelas que possuem algum tipo de deficiência, acabam ficando no abrigo após atingir a idade adulta. "Pesquisas realiza-

das no Estado comprovam que o número de abrigos em Santa Catarina vem crescendo. Temos 72 abrigos distribuídos em 50 municípios, sendo 24 ONGs (Organizações Não-governamentais) e 45 OGs (Organizações Governamentais)", informou. Para a promotora, a maior procura pelos abrigos é devido aos maus-tratos e abandono, porém, mesmo com essas atitudes, a visita às crianças por seus familiares é frequente.

Verbas - A presidente da Comissão Estadual Pró-infância e Juventude da Associação dos Magistrados Catarinense, Sônia Maria Mazzetto Moroso, questionou os órgãos que repassam as verbas para as instituições. Sônia acredita que algumas delas abrigam as crianças por mais tempo para não perder os recursos do governo.

Outro fato apontado por ela é que os abrigos deveriam estar vinculados à pasta da Saúde e não mais à Assistência Social, já que a violência gera trauma nos abrigados.

Vença suas barreiras!



O Grupo de Estudos e Apoio à Adoção de Florianópolis pode ajudar você.

GEAAF

(48) 224.2251

Poder público e sociedade civil devem realizar trabalho integrado

A promotora de Justiça da Infância e Juventude de Florianópolis, Cristiane Böell, disse que a Promotoria está em conversação com abrigos, conselhos tutelares, programas de atendimento às famílias, Poder Judiciário, sociedade civil e Poder Público com o objetivo de promover um trabalho integrado quanto ao abrigamento. Foi instaurado um inquérito civil público para elaborar um Termo de Ajustamento de Conduta entre o município de Florianópolis e esses órgãos, comprometendo-os com esta integração. "A criança é deixada num abrigo e não se sabe quais as dificuldades da família de ter essa criança de volta", argumentou.

No trabalho realizado nesses três meses, continuou ela, já

se observam resultados. "Estamos conseguindo aproximar irmãos abrigados em instituições diferentes", contou. Outro resultado é a ampliação do número de retornos de menores para a família, decorrente do trabalho envolvendo outros parentes, como os avós e tios, por exemplo.

O GEAAF, segundo explicou sua presidente, Lilian Pacheco S'Thiago, promove ações voltadas a garantir às crianças e adolescentes a convivência familiar, seja ela com sua família biológica ou não, sensibilizando e esclarecendo a sociedade sobre as questões relativas ao tema.

Também participou da audiência pública o juiz da Vara da Infância e Juventude da Capital, Francisco José Rodrigues de Oliveira Neto.

Reportagem

Denise Arruda Bortolon
Graziela May Pereira
Magda Audrey Pamplona

Tatiana Kinoshita
Tatiani Magalhães